

A FORMAÇÃO DA REGIÃO DO BAIXO VOUGA

Mons. João Gonçalves Gaspar
“Aveiro e o seu Distrito”, nº 36 – 1986

À maneira de preâmbulo introdutório, começo por esclarecer que, sob o tema «A Formação da Região de Aveiro», apenas lembrarei modestamente três alíneas: - Formação da ria e da zona envolvente; Porto de Aveiro; Povoamento.

FORMAÇÃO DA RIA E DA ZONA ENVOLVENTE

Em Aveiro - e em toda a zona litoral que a envolve - o substrato natural sofreu uma evolução mais ou menos recente, que foi delimitando a costa marítima e a ria com linhas muito diversas das que existiam há milhares de anos. Aventa-se hoje a hipótese de que, cerca de 18.000 anos antes de Cristo, o mar encontrar-se-ia a cento e trinta metros abaixo do seu nível actual, estando descoberta a maior parte da plataforma continental dos nossos dias, que formaria então uma vasta planície, cortada por alguns rios e rica de vegetação selvagem. Nos milénios seguintes, em virtude do degelo dos grandes glaciares pelo aquecimento do clima, ter-se-ia dado a subida do nível do mar: primeiro, rápida, numa progressão de cerca de oito milímetros por ano; depois, a partir de 5.000 anos antes de Cristo, mais vagarosa. Decorridos cerca de 3.000 anos, o nível das águas já se encontraria próximo do actual. Em vista de semelhante fenómeno, o oceano avançou uns quarenta quilómetros; entre Gaia e o Cabo Mondego ficou, porém, uma baía, onde desaguavam os rios Caster, Antuã e Boco, além de várias ribeiras. Os rios Vouga, Águeda e Cértima iam ter a um largo e comprido braço de mar que, desde Angeja e Cacia, avançava até ao Marnel, junto da actual Lamas do Vouga. Simultaneamente, iniciara-se e continuava o processo de aluvião e assoreamento, que levaria à regressão do mar e à configuração da costa dos nossos dias.

Pela leitura de documentos do século X, pode facilmente concluir-se que, nesta ocasião, ainda a costa mantinha a forma de uma comprida baía, onde continuava a salientar-se, entre diversos braços de mar, o que se prolongava até ao Marnel. É mesmo de presumir que a linha do litoral tenha continuado numa posição média constante entre os anos 2.000 antes de Cristo e 1.000 depois de Cristo. Contudo, não parou a sedimentação no fundo da baía e dos seus diversos canais; estavam mesmo em formação dois grandes cabedelos: um a norte, onde viriam a fixar-se, desde Gaia, as povoações de Espinho, Ovar e Murtoza; e outro a sul, onde hoje se encontram as Gafanhas e as terras vizinhas de Vagos e Mira até ao Cabo Mondego. E, se os dois cabos de areia não se ligaram, apesar da sua emersão e prolongamento graduais, isso ficou a dever-se ao fluxo e refluxo das marés e às correntes fluviais que vinham da região do Vouga.

Posteriormente, começaria a desenvolver-se um novo cordão litoral, que viria a tornar quase rectilínea a costa entre Gaia e o Cabo Mondego; a corrente marítima, de norte para sul, e as forças eólicas transportavam areias, que fizeram crescer essa extensa restinga no sentido do comprimento, isolando assim, pouco a pouco, um pedaço de mar que estagnava entre ela e a costa anterior. Formaram-se também bancos de areia na baía, que viriam a originar as ilhas da Testada, da Murraceira, dos Ovos, da Tranqueira, do Monte Farinha e outras - algumas delas já referenciadas no século XV.

No interior, uma densa mata florestal era ladeada por velhas povoações, como Soza, Ouca, Romão, Cantanhede, Arcos, Avelãs, Águeda, Eixo, Esgueira e Aveiro; com o andar dos tempos, tais localidades foram-se ligando entre si por diversas vias de comunicação, embora rudimentares, sendo

de referir a carreteira que de Coimbra se dirigia a Aveiro, passando por Cantanhede e Mâmoa Rasa (hoje, Mamarrosa), e ainda aquela que, cruzando com a anterior no sítio da actual Palhaça, ia de Soza para Águeda. Tais caminhos, se serviam para a deslocação das pessoas, eram também aberturas nos matagais e ocasionariam o aparecimento de novas aldeias.

PORTO DE AVEIRO

As vicissitudes de Aveiro e da sua região têm estado sobremaneira ligadas às condições da nossa barra; por isso, até podemos acompanhar o índice populacional de Aveiro - vila e cidade - pelas flutuações na localização da referida barra. Assim, por 1200, estando em formação a nova linha da costa pelo depósito de areias, a barra achava-se na actual Torreira; nos fins do século XV, encontrava-se quase obstruída perto de São Jacinto, e uma peste, ocasionada pela estagnação das águas, dizimava Aveiro - povoação que se via reduzida a cerca de 3.000 habitantes; à volta de 1530, a barra estava fixada na Costa Nova do Prado e os habitantes de Aveiro ascenderam a uma cifra jamais atingida até então. Era tal o progresso que, em 1572, a população alcançava o número total aproximado de 13.000 habitantes.

Dada a situação favorável do estado da barra, o elevado e progressivo índice comercial e marítimo tornou-se por demais evidente, neste século XVI. «Assim como Lisboa se converteu num dos primeiros portos do mundo - escreveu Marques Gomes - do mesmo modo Aveiro se transformou num dos melhores de Portugal»; porque o comércio nesta época foi «a única causa do seu esplendor, tal era o número de navios que vinham buscar sal das suas marinhas e os que ela possuía com destino à pesca do bacalhau no banco da Terra Nova». E o mesmo autor compara estatisticamente: - «De Lisboa, com destino à Índia, saíram, desde 1522 a 1557, 228 naus e 20 caravelas; e de Aveiro, para diferentes portos, saíram mais de 150». Apenas dois exemplos:

Por um documento que regista o pagamento dos direitos de ancoragem em Arnemuïden, anteporto de Midelburgo, na província holandesa da Zelândia, sabe-se que, em 1544, de 6 de Junho a 12 de Dezembro, aí aportaram oito embarcações cujos mestres - Jorge Fernandes, Pedro Fernandes, Pedro Jorge, Mateus Fernandes e André Dias - eram de naturalidade aveirense. Não foram muitos; contudo, cerca de quinze anos antes, Aveiro ocupava o primeiro lugar entre os 208 barcos portugueses que aí ancoraram: - 44 de Aveiro, 34 de Viana do Castelo, 33 de Vila do Conde, 17 de Setúbal, 16 de Lisboa, 12 do Porto e 7 de Faro. E, por um rol de 1552, conclui-se que o porto de Aveiro armava navios de pequena tonelagem, não só para a pesca do bacalhau, mas também para o transporte de mercadorias de e para a Irlanda, a Inglaterra, a Flandres, a Galiza e as Ilhas; aí se enumeram 36 naus e navios e 34 caravelas, com uma tonelagem total de 5.100 tonéis ou toneladas. Tornava-se fácil que, em virtude deste assombroso movimento portuário, nos estaleiros de Aveiro se construíssem navios de diversos tamanhos, mesmo de alto bordo; era uma indústria que necessariamente cresceria na medida da procura e se aperfeiçoaria cada vez mais.

Todavia, um tempestuoso Inverno, em 1575, concorreu para a decadência comercial de Aveiro. Quase obstruída a barra, a nossa navegação teve de se reduzir a pequenas embarcações. Por outra parte, a pesca e sobretudo a produção do sal foram prejudicadas pela dificuldade na entrada da água do mar e pela retenção da água doce. Posteriormente, nos meados do século XVII, a barra, semi-entulhada, encontrava-se na Vagueira e, em 1756, caminhava ainda mais para sul, para perto do limite do concelho de Mira; Aveiro voltava a decrescer para cerca de 10.000 habitantes, e até para cerca de 7.000 em 1774, senão mesmo para 4.000 ao findar do século XVIII. Era o retrocesso progressivo numa região.

Entretanto, sucessivas representações foram entregues ao Governo com vista a que este desse remédio a tão deplorável situação. É que os aveirenses sabiam - e todos nós sabemos - que o estado da barra concorre para a vida, o desenvolvimento e a liberdade da nossa terra. El-Rei D. José I, em 27 de Maio de 1756, atendendo à pretensão de D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, e às reclamações dos nossos antepassados, resolveu criar a Superintendência da Barra e lançar o imposto real para ser pago por todas as Câmaras da Comarca de Esgueira, a fim de se custearem as despesas com a abertura de uma nova barra em São Jacinto.

Os trabalhos não se puderam então fazer, devido a uma grande cheia. As ilhas e as salinas da ria, os campos do Baixo-Vouga e os bairros chãos de Aveiro ficaram inundados por muito tempo, em virtude da grossa enchente de 26 de Novembro a 8 de Dezembro de 1757; as águas represadas causaram enormes danos. Buscando remédio para a situação, o capitão-mor de Ílhavo, que era o aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, foi autorizado a abrir à sua custa um regueirão na areia, onde antes, na Vagueira, tinha estado a barra; a obra ficou pronta em 8 de Dezembro de 1758, passando as grandes embarcações a chegar a Aveiro, o que aumentou o tráfego. Mas tudo isto se tornaria muito precário...

Doze anos após, o Senado Municipal representou a El-Rei sobre a falta de estabilidade e de segurança da barra; e a este pedido outros mais se seguiram, pois os infortúnios ocasionados sobressaltavam constantemente a região. Os aveirenses e a sua Câmara não desistiam das pretensões sobre a abertura de uma barra capaz; por isso, em 16 Abril de 1794, a Câmara encarregou o Dr. Manuel Joaquim Lopes Negrão de conseguir do Príncipe Regente - mais tarde D. João VI - as providências necessárias para a efectivação das desejadas obras.

Ante a miséria geral e as doenças que dizimavam a população, em 2 de Janeiro de 1802 o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Olivares, encarregava os engenheiros coronel Reinaldo Oudinot e capitão Luís Gomes de Carvalho de, separadamente, procederem a estudos para a abertura de uma nova barra, os quais logo desistiram do sítio da Vagueira e escolheram um outro perto de São Jacinto, próximo da anterior localização no século XVI, a 17.600 metros a norte da barra velha. O eng. Oudinot enviaria ao Governo o seu projecto em 6 de Março; e, em 17 de Abril, o eng. Gomes de Carvalho remeteria a sua «Memória descritiva ou notícia circunstanciada do plano e processo dos efectivos trabalhos hidráulicos empregados na abertura da barra de Aveiro segundo ordens de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor». Entretanto, os homens de Aveiro estavam impacientes por causa da insalubridade das águas pantanosas da laguna, pelo prejuízo no fabrico do sal e pelas inundações da cidade.

Os planos definitivos dos dois engenheiros, essencialmente idênticos, foram aprovados pelo Príncipe D. João; recebida a comunicação em aviso régio de 5 de Julho do mesmo ano, logo se começaram a executar os trabalhos. Para maior facilidade da obra, fora mesmo ordenada a demolição das antigas muralhas de Aveiro, que ameaçavam ruína, cuja pedra foi aplicada na barra. Diríamos hoje que foi esta uma triste decisão que a urgência e as condições do tempo obrigaram a tomar.

Após porfiados esforços, não sem graves desgostos e contrariedades, às sete horas da tarde do dia 3 de Abril de 1808 abriu-se finalmente a barra nova, facto de excepcional importância para o futuro de Aveiro e de toda a sua região. Do acontecimento lavrou-se um auto, que tem a data de 15 de Abril e foi subscrito por Miguel Joaquim Pereira da Silva; depois de referir os trabalhos preparatórios e a maneira como se fez o rompimento da duna de areia, prossegue o documento: - «As águas que cobriam as ruas da praça, desta cidade, os bairros do Albói e da Praia, abaixaram três palmos de

altura dentro de vinte e quatro horas e outro tanto em o seguinte espaço, e em menos de três dias já não havia água pelas ruas [...] e toda a cidade ficou respirando melhor ar por estas providências com que o Céu se dignou socorrê-la e a seus habitantes com esta grande obra da barra».

Assim ficou estabilizada a barra, depois sucessivamente melhorada com outras obras e com a construção do porto marítimo, até aos nossos dias. Desde 1931 até 1936, lançaram-se os primeiros molhes de defesa; todavia, intensificado o tráfico de barcos de pesca longínqua e costeira, houve necessidade de efectuar novos trabalhos de dragagem e abrigo, de dotar o porto com diversos cais acostáveis e com diversas infra-estruturas. Em 1958, deram-se por concluídos os actuais molhes, mais avançados, que protegem a barra e que a tornaram capaz de oferecer condições de utilização franca e quase permanente para o movimento de um porto apto a servir as actividades económicas fixadas nas margens da ria e nas suas redondezas. Desde então, o porto de Aveiro tomou uma nova feição e o índice da sua evolução não deixou de crescer. Presentemente, já não deve ser encarado como um porto de carácter regional restrito, mas sim de utilidade para zonas territoriais mais vastas... senão mesmo de interesse para Espanha e para a Europa Central; por isso, os vultosos trabalhos, que continuamente vão decorrendo, farão dele um porto de grande nível.

POVOAMENTO

Baseando-nos em estudos de investigação arqueológica e antropológica, supõe-se que o povoamento humano de toda esta região ribeirinha da moderna Beira Litoral começou precisamente na época da transição do Período Neolítico para a Era dos Metais, cerca de 3.000 anos antes de Cristo. Concretizando na zona restrita cujo centro inicial terá sido o lugar de Aveiro, os primeiros habitantes espalharam-se por diversas «póvoas»; talvez fossem provenientes de uma tribo de povos vetões, conhecidos por transcodanos, vindos das terras do Além-Coa. Aí, no planalto ibérico, habitavam as margens dos grandes lagos que entretanto foram desaparecendo e cujos vestígios constituem hoje as bacias de alguns rios da província espanhola de Salamanca. Eram pessoas habituadas à vida lacustre. Por isso, em pequenas levadas sucessivas, procurariam uma região onde pudessem continuar a faina de pescadores; tendo-a encontrado, aqui teriam escolhido para pólo habitacional uma reentrância da costa marítima, em que existia uma espécie de outeiro, entre os esteiros do Cojo, do Albói e da Pega. E, nas cercanias do Alavário, deter-se-iam em Beduído, Angeja, Eixo, Soza e Vagos. Assim sendo, com certeza que os transcodanos ergueram rudimentares fortificações nos sítios onde seriam, na época cristã, as igrejas de S. Miguel de Aveiro, de S. Tiago de Beduído, de Santa Maria de Angeja, de Santo Isidoro de Eixo, de S. Miguel de Soza e de S. Tiago de Vagos.

Ao redor do século X antes de Cristo, a esta população juntar-se-iam os fenícios, vindos do Médio Oriente por mar - povo dado sobretudo ao comércio, buscando metais em troca de tecidos de púrpura, de estatuetas e de objectos de barro; abandonando as relações com o país de origem, passariam a dedicar-se à pesca, ao fabrico do sal e ainda à cerâmica.

Centenas de anos mais tarde, lá para o século VII antes de Cristo, chegaram ao nosso litoral os gregos, que já tinham fundado algumas colónias nas praias circundantes do Mar Mediterrâneo. Depois, apareceram também os celtas, originários do centro da Europa; enquanto os naturais ainda usavam instrumentos de bronze, eles já utilizavam objectos de ferro. Acharam uma terra despovoada em larga escala, mas plana e, nesses recuados tempos, coberta de densas florestas e matagais; da sua fusão com os autóctones terão descendido os celtiberos, que herdaram não só o carácter agrário mas também a vocação ou tendência marítima dos antepassados.

Desde o século IV antes de Cristo, verifica-se um novo dado nos povos peninsulares: começaram a definir-se os limites da Lusitânia, que - no dizer de Estrabão - viria a tornar-se na mais forte das nações ibéricas. Se, como povo ágil e guerreiro, conseguiu alargar as suas fronteiras e dominar uma grande parte da Hispânia, como povo essencialmente dedicado à agricultura, triunfou sobre a propensão comercial dos celtas. Seria esta gente quem fundou algumas das conhecidas povoações fortificadas ou «brigas», como Langóbriga, Talábriga e Conimbriga, entre outras.

Veio depois, no século II antes de Cristo, a difícil e morosa ocupação dos romanos, que encontraram dura resistência na Lusitânia. Senhores deste país e deste povo, graças sobretudo à traição que não só ao poder das armas, os romanos construíram diversas estradas militares; tais meios de comunicação iriam grandemente facilitar a migração futura de novas levas de povos, bem como a difusão do Evangelho de Cristo.

Contudo, o Império Romano entraria em decadência e as invasões dos povos ditos «bárbaros» seriam um facto; por esta região passaram os vândalos, no século V depois de Cristo, deixando atrás de si a destruição e a morte; apareceram depois os alanos, os suevos e os visigodos. Os mouros, vindo furiosamente do norte de África, chegaram no início do século VIII.

Efectivamente, foi no ano de 711 que os mouros derrotaram as forças cristãs visigóticas na batalha de Guadalete; em seguida, penetraram rapidamente na Península Ibérica, a tal ponto que, decorridos uns escassos quatro anos, a tinham em seu poder, com excepção das Astúrias. Aqui, alguns capitães cristãos encontraram asilo, defendidos naturalmente pelas montanhas da região; comandava o núcleo de resistência o cavaleiro Pelágio, Pelaio ou Paio que, em 718, conseguia humilhar o exército invasor em Cangas de Onis. Iniciava-se assim esse movimento que a história denominaria por «Reconquista Cristã» - luta que durou cinco séculos no actual território português.

Durante a demorada campanha da Reconquista, com seus avanços e recuos, toda a região confinada pelos rios Ave e Vouga - ou até pelo Minho e Mondego - entrava em decadência populacional; porém, temos conhecimento de que, no século X, as diminutas gentes, moradoras no litoral da enseada aveirense, por aqui fabricavam o sal e que, por documentos coevos da centúria seguinte, tal labor se exercia nas marinhas de Eixo, Alquerubim, Esgueira, Vagos, Boco, Soza e Ílhavo. A ria estava longe de ter a configuração actual e a restinga de areia do Furadouro à Praia de Mira ainda não existia.

Com o fim de confrontar a excessiva tendência autonómica nestes longínquos confins do Reino de Leão, a qual não cessava de se acentuar, D. Afonso VI, em 1095, decidiu juntar num só os vários Condados da zona ocidental, entre os rios Minho e Mondego, e confiar o respectivo governo a pessoas da própria família: - a sua filha bastarda D. Teresa, casada com D. Henrique de Borgonha, cavaleiro francês. O monarca não iria a tempo; na consciência colectiva das gentes já havia despontado o sentido embrionário de uma pátria, livre e independente, senhora dos seus destinos históricos. O Condado Portucalense era o antecessor imediato da Monarquia Portuguesa.

Entretanto, como já se disse, foi-se formando a ria com o depósito do aluvião e das areias; o mar ia recuando para a linha de costa que hoje conhecemos.

Como mera curiosidade, lembro que, nesta zona lagunar, cortada por canais de água salgada, vivem os marnotos - nome daqueles que, conhecendo como ninguém, pela sua capacidade e experiência, todos os pormenores da respectiva indústria, trabalham no fabrico do sal e fazem da paisagem um gracioso espectáculo a sugerir um acampamento de tendas brancas. Neles temos clara a presença de uma árdua labuta que, vergando-os sob a torreira do sol estival, se processa por aqui desde há muitos

séculos. Durante a primeira dinastia, era o sal de Aveiro que não só abastecia o nosso País, mas também se exportava para a Inglaterra, a França e a Flandres; no tempo de El-Rei D. Afonso IV, existiam na região umas quinhentas marinhas. Nos fins do século XVIII, porém, esse número desceu para cento e sessenta e oito; mas a abertura da barra nova em 1808 ocasionou a melhoria substancial das condições da laguna, a ponto de se poderem restaurar as antigas e fazer novas marinhas. Temos pena de que hoje, modificadas as condições sociais e internacionais, a decadência tenha chegado à indústria do sal.

Aqui vivem também os pescadores, que percorrem a ria nas suas embarcações ou, atrevido-se ao mar, projectam a nossa maneira de ser e os nossos costumes em todas as latitudes, donde importam influências estranhas. São eles que enchem os canais com uma variada teoria de barcos e bateiras; ao longo da costa, dominava o «barco do mar», actualmente já raro pela decadência da xávega. Estes homens, cuja profissão se desenvolve sobre as águas, podem subdividir-se, conforme a zona donde são naturais: os murtoseiros, que embora vogando pelos canais da ria, conservam ordinariamente as raízes na terra que cultivam, sem perderem a ânsia de um dia emigrarem para a América do Norte; os mirões a sul da laguna, que, profundamente presos à terra e trabalhando nas «gândaras», são simultaneamente pescadores e agricultores e usam barcos não dotados da beleza dos seus congéneres; e os ilhavos, que, com uma acentuada e ancestral vocação para o mar, saem da barra, fundam núcleos de pescadores em Matosinhos, na Afurada, em Quiaios, em Lavos, na Nazaré, em Sezimbra, na Caparica e talvez no Algarve, e aventuram-se a romper as ondas alterosas e a ir até às águas frias do Canadá, para nos trazerem o apetecido fruto das suas pescarias. Pelos anos de 1500-1501, pouco depois da viagem de João Fernandes Lavrador e Pedro de Barcelos, destemidos aveirenses e seus vizinhos alcançaram os bancos da Terra Nova, a fim de pescarem o bacalhau, juntamente com homens de Viana do Castelo.

Os pescadores que viviam no litoral marítimo – em especial os da xávega - moravam habitualmente nos típicos «palheiros». Construídos exclusivamente de tábuas de pinheiro e quase parecendo habitações lacustres, assentavam sobre grossa estacaria verde, enterrada na areia, apoiada em lastro de pedra ou cascalho e circundada de sal para evitar o apodrecimento.

Numa zona largamente fertilizada pelo moliço, existia - e continua a existir - uma população agrícola com um índice muito acentuado. Em geral, os lavradores são pequenos proprietários, cujos haveres raramente excedem a própria habitação e o espaço ou espaços de terreno para a cultura dos géneros que bastam à sua subsistência; esta posição permite-lhes uma certa vida autónoma.

Posteriormente - já numa época muito recente, para não dizer quase contemporânea - chegaram à região da Gafanha novos colonos, com o intuito de agricultarem as areias, a quem os íncolas viriam a apelar de gafanhões; era um novo tipo de gente, cuja actividade se iria desenvolver numa zona deserta, batida pelo vento, ressequida pelo calor e avessa à vegetação, que, entretanto - como atrás se disse - fora emergindo no meio da velha baía, agora transformada em ria.

Este areal extenso, separado de Aveiro e de Ílhavo pelos canais salgados da laguna mas ligado a Vagos por chão contínuo, não atraía o homem para trabalhar. Passaram-se alguns séculos sem que outra coisa aqui se produzisse senão ervas, juncos, arbustos e árvores, de nascimento e multiplicação a esmo, além de animais bravios. Chegaria, contudo, a época em que se iniciaria, também nesta região, um labor insano de agricultura e, em consequência, o seu povoamento humano. Era natural que os primitivos habitantes viessem pelo sul, por então ser a única passagem menos difícil, dada a inexistência das pontes actuais que transpõem os canais e das modernas estradas que atravessam

os areais. Além disso, toda a zona das Gafanhas, cujo limite norte era a barra e o canal denominado Cale da Vila, pertenceu à jurisdição paroquial e concelhia de Vagos - até 1835 no foro eclesiástico e, até 1853 ou 1855, no foro administrativo.

Na sequência dos anos, as quintas foram sendo cobiçadas e exploradas por outros foreiros e arrendatários que, atraídos pela facilidade de instalação, aí acabaram por se fixar, escolhendo os locais mais férteis. O povoamento começara pelo norte; logo sucessivamente, embora com vagar, o âmbito humano foi-se alargando para sul, em busca de terrenos livres e desafogados, sobretudo junto à ria, donde se extraía o moliço e onde se tornava mais fácil o trabalho e as comunicações, por barco. Desta forma, surgiram pequenos aldeamentos, que progressivamente se iriam ampliando; apareceram as diversas Gafanhas que - pelo que se supõe - tomaram os nomes dos sítios: - Gafanha da Cale de Vila, pela proximidade do canal da ria que vai para Aveiro, então vila; Gafanha da Gramata, pela abundância desta planta herbácea e marinha, de mistura com o junco e outras plantas; Gafanha dos Caseiros, por os seus habitantes serem caseiros das quintas de proprietários que viviam fora daqui; Gafanha da Vagueira, por ser próxima da vila de Vagos; e Gafanha de Aquém, por estar da parte de cá do Boco ou mais perto do que outra Gafanha anterior. É evidente que os nomes modernos - da Nazaré, da Encarnação, do Carmo e da Boa-Hora - vieram dos títulos da Celeste Padroeira Nossa Senhora, entretanto escolhidos pela devoção popular para as suas respectivas capelas. É natural que a segunda colónia de forasteiros se instalasse, com os caseiros da quinta do Preguiceiro e do Mato do Feijão, no local cujo centro seria a capela e hoje a igreja paroquial da Gafanha da Encarnação. Entretanto, as terras iam passando para a posse de outros senhorios, por venda, por herança ou por testamento.

Certamente originários de Vagos, de Mira e das suas imediações, os primitivos colonos da Gafanha prosseguiram nos seus hábitos antigos e nos processos de amanho e cultivo das terras, até porque os inóspitos areais e pousios selvagens eram semelhantes aos chãos onde anteriormente se ocupavam; terrenos da mesma constituição seriam trabalhados por homens dos mesmos costumes, que poderiam usar os mesmos métodos e as mesmas alfaias agrícolas. Aos lavradores de Ílhavo e de Aveiro não seria apetecível a migração para as areias pobres e áridas, a exigirem muita persistência e muita canseira. Outros chegariam mais tarde, filhos de diversas regiões... mas vinham sobretudo para os estaleiros, para os barcos, para a pesca, para as secas do bacalhau, etc.; então, a partir da segunda metade do século XIX, já havia ligação estradal para os lados do nascente, em direcção a Aveiro e a Ílhavo.

Aqueles pioneiros, quando apostaram no cultivo das lombas, não encontraram condições capazes de favorecer a germinação das sementes nem matéria orgânica que lhes desse alento. Mas... não desanimaram; aprenderam a apanhar o moliço do fundo da ria, misturaram-no nas areias e a árida e pantanosa «Galafânia» de então tornou-se na promissora e verdejante «Gafanha» de agora. Realizaram o «milagre» e, por isso, sentiam-se certamente livres e felizes; o esforço dava os seus resultados.

Em conclusão, citando aliás o Padre João Vieira Resende, atrevo-me a afirmar com muita probabilidade: - «1º, que o povoamento da Gafanha começou seguramente cerca do ano 1677, época relativamente muito recente, mas mais remota do que muita gente julgava; - 2º, que, embora se não saiba de cultivadores existentes na Gafanha antes de 1677, prova-se no entanto que as suas terras já produziam pão naquela época, o que nos indica ter havido cultivadores anteriormente e, portanto, que o seu povoamento provável teria começado antes de 1677; - 3º, que esse povoamento foi feito, pode

dizer-se, quase exclusivamente pelos povos vindos da freguesia de Vagos e, mais, que eles ainda continuaram a povoar até uma época muito próxima; - 4º, que os povos de outras freguesias só muito tarde e muito frouxamente contribuíram para o povoamento; - 5º, que a infiltração destes povos na Gafanha, a princípio morosa e depois quase tumultuária, se explica e justifica documentalmente por necessidades de expansão e cultura; - 6º, que só frouxamente se pode dar foros de verdadeira à tradição de que seriam quatro criminosos os fundadores da Gafanha» (Monografia da Gafanha, 1ª edição, pg. 66; 2ª edição, pg. 47).

Entrados no século XX, os povos da Gafanha, já enquadrados na freguesia de Ílhavo com excepção dos da Gafanha da Boa-Hora e suas imediações, pensaram seriamente na autonomia religiosa e administrativa. O índice demográfico, já acentuado, não cessava de crescer; era justo, portanto, que os responsáveis da Igreja Católica e as autoridades oficiais do País, indo ao encontro das aspirações locais, instituísem, respectivamente, novas paróquias para melhor servir a comunidade cristã e criassem novas freguesias civis para o interesse dos cidadãos. A primeira freguesia a ser criada, religiosa e civilmente, foi a da Gafanha da Nazaré, em 1910; a da Encarnação foi-o em 1926 civilmente e em 1928 religiosamente; a do Carmo - povoação que tinha sido transferida da freguesia de Ílhavo para a da Gafanha da Encarnação em 1934 - alcançou a sua autonomia religiosa em 1957 e a administrativa em 1960; finalmente, a da Boa-Hora foi elevada a paróquia religiosa em 1948 e a freguesia civil em 1966.

Mas o índice populacional da zona da nossa ria e de toda a região aveirense não estagnarà, dada a sua situação geográfica e o espírito animoso e empreendedor dos seus habitantes. A construção de pontes, a abertura de estradas, ruas e caminhos, a fixação e a melhoria da barra, a ampliação do porto, a proximidade da auto-estrada do Norte e a rodovia para Vilar Formoso e para o centro da Europa são meios preciosos que favorecem um maior e gradual crescimento.

Para o estudo das manifestações sociológicas do povo de uma região é fundamental, ou até necessário, que nos debruçemos na análise do ambiente natural em que ele vive. Este, porém, resulta, por um lado, da acção da própria natureza e, por outro, da actividade do homem que, habitando a terra, nela trabalha em ordem ao seu desenvolvimento material, social e moral. O homem, colaborando com o Criador, aperfeiçoa a terra e modifica as paisagens; desde a sua pegada inicial, ele jamais parou de pensar e de agir no sentido de aperfeiçoar o seu «habitat» e de o colocar ao serviço do seu alto destino. Assim aconteceu e continua a acontecer entre nós. Que os homens de agora nunca venham a estragar, pela incúria ou pelo desamor, o que a natureza e os seus antepassados lhes legaram com tanto carinho e com tanto esforço; e, se algum prejuízo provier dos efeitos negativos do progresso, que haja coragem de tudo se remediar sem tardança, enquanto for tempo, para bem da nossa bela região, para bem de todos nós.